

O Ensino de Língua Inglesa e Portuguesa sob a ótica dos PCN's

*Glauciany Damas Ramos¹
Sirley Leite Freitas²*

Resumo

O presente artigo apresenta um estudo sobre o ensino de língua inglesa e portuguesa nas escolas públicas baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estabelecendo uma relação entre as sugestões propostas pelos referidos documentos com o que efetivamente ocorre em sala de aula. Os PCNs são orientações para conduzir o ensino de todas as disciplinas nas escolas públicas ou privadas e tais orientações foram criadas pelo MEC a fim de servir como ponto de partida para o trabalho docente. Servem, portanto, para nortear as atividades realizadas em sala de aula, reger escolas e professores sobre o que deve ser ensinado e quais as formas de ensinar, pois a prática docente deve encaminhar os alunos rumo à aprendizagem. Com uma pesquisa bibliográfica a partir das Leis e Normas e uma entrevista semiestruturadas com professores licenciados em Língua Inglesa e Língua Portuguesa, buscamos identificar por que os alunos têm dificuldades em assimilar as questões gramaticais, sintáticas, ortográficas e subordinadas da Língua Portuguesa e também, refletir acerca de como ocorre o ensino de Língua Inglesa nas escolas públicas.

Palavras-chave: Ensino da Língua Portuguesa. Ensino da Língua Inglesa. Parâmetros Curriculares Nacionais.

1 Introdução

Na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram previstas a priorização e a elaboração de orientações gerais, contemplando todas as disciplinas do currículo escolar como também de orientações específicas para cada disciplina.

A fim de facilitar o trabalho das instituições, estão divididos em seis volumes que apresentam as áreas do conhecimento, como: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física. Há também três volumes que trazem a composição de outros elementos. O primeiro volume explica e justifica o porquê de se trabalhar com temas transversais e fala sobre ética. O segundo volume faz uma abordagem sobre o meio ambiente e saúde; e o terceiro volume trata de pluralidade cultural e orientação sexual.

O material é disponibilizado pelo MEC (Ministério de Educação) a todos os professores para que os mesmos possam estudá-lo, conhecê-lo e utilizá-lo, pois, de acordo com as normas, o professor de cada disciplina tem como base as dicas e o

¹ Graduada em Letras pela Faculdade de Ouro Preto do Oeste - UNEOURO. E-mail: glau.damas@gmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, professora da rede estadual de ensino no estado de Rondônia e da Faculdade de Ouro Preto do Oeste - UNEOURO. E-mail: sirleitefreitas@gmail.com.

auxílio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) em sua atividade profissional, e baseando-se nas orientações deste documento visam um bom cumprimento do seu trabalho docente, além de perceberem a responsabilidade social conferida ao ofício de professor.

Nesta perspectiva, este artigo tem como finalidade comparar as práticas metodológicas utilizadas por professores de Língua Inglesa e Língua Portuguesa com o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Visto que, os subsídios oferecidos aos educadores devem ser trabalhados a fim de que suas práticas pedagógicas sejam da melhor qualidade. E a partir de estudos bibliográficos e pesquisas aplicadas no âmbito escolar, pretende-se obter conclusões concretas relacionadas à formação continuada dos professores, ao interesse dos alunos em relação a essas disciplinas e aos recursos didáticos pedagógicos disponíveis para as aulas de Língua Inglesa e Língua Portuguesa da rede pública.

Para o presente estudos foram pesquisadas duas escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino no município de Ouro Preto do Oeste – RO e foram entrevistados dois professores licenciados em Língua Inglesa que são aqui denominados professor A e professor B, e dois professores licenciados em Língua Portuguesa aqui denominados professor C e professor D das escolas X e Y.

2 A LDB e os PCNs de Língua Inglesa

As línguas estrangeiras (LE) se fazem presente ao longo de todo o percurso da humanidade, pois se tornaram necessárias desde as antigas civilizações até o mundo globalizado, por serem mediadoras de ações políticas, comerciais, científicas e culturais.

A inclusão de, pelo menos, uma disciplina de língua estrangeira no currículo escolar tem sido de grande importância para o mundo da atualidade, pois ao incluí-la consideram-se três fatores importantes, como: os fatores históricos, os fatores relativos às comunidades locais e os fatores relativos à tradição (BRASIL, 1998).

Porém, o ensino de línguas estrangeiras só ganhou legítima importância ao ser acolhida pela legislação educacional a partir de 1996 com a nova LDB que torna o ensino de Língua Estrangeira (LE) obrigatório a partir da quinta série do Ensino Fundamental. O parágrafo 5º do Artigo 26 dispõe que:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL 2013, p. 20).

Quanto ao Ensino Médio, está estabelecido no inciso III do Artigo 36, que: “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL 2013, p. 24).

Ensinar uma língua estrangeira é uma grande preocupação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pois a formação dos indivíduos em uma segunda língua possibilitará maior compreensão e valorização das relações interculturais, que podem promover ao indivíduo a aceitação das diferentes maneiras de expressão e pensamento. Ao desenvolver tais habilidades e passar a entender melhor o dizer e o pensar que as pessoas de outros países dizem e pensam em diversas situações, o indivíduo passa a assimilar melhor tanto a cultura estrangeira quanto a sua própria cultura materna. Desta forma, ele estará apto a lidar com diferentes momentos da vida social e se sentirá inserido em uma sociedade moderna com total capacidade de entender a sua importância e a importância de cada um como cidadão (BRASIL, 2006).

Em uma perspectiva educacional para a língua estrangeira, os PCNs afirmam que:

A aprendizagem de Língua Estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades linguísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. Ao mesmo tempo, ao promover uma apreciação dos costumes e valores de outras culturas, contribui para desenvolver a percepção da própria cultura por meio da compreensão da(s) cultura(s) estrangeira(s) (BRASIL 1998, p. 37).

Com tais perspectivas, os PCNs objetivam desenvolver nos alunos a capacidade intelectual de poder aumentar a percepção da cultura pessoal, através do estudo de textos literários e filosóficos em língua estrangeira já que estes constituem a chave para a cultura; ampliar a compreensão do aluno a respeito do funcionamento da sua própria língua através do estudo da língua estrangeira, possibilitando a ele acompanhar a evolução dos conhecimentos humanos e as informações dos tempos modernos, dando

lhe uma visão mais ampla do modo de vida do povo cuja língua está aprendendo e dotando-o de habilidades que permita a interação entre povos de outras nacionalidades.

Ao considerar o desenvolvimento de habilidades orais como elemento central do ensino de língua estrangeira nas escolas públicas, os PCNs não levam em conta esse critério de aprendizagem, pois defende que o uso da língua estrangeira está mais vinculado à leitura, pois somente uma pequena parte da população utiliza os conhecimentos e habilidades de uma língua estrangeira como instrumento de comunicação oral dentro ou fora do país ou em situações de trabalho, viagens e outros.

Segundo os PCNs: “[...] a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato” (BRASIL 1998, p.20). Mas, o encontro com uma segunda língua tem gerado conflitos no âmbito educacional, pois a inclusão dessa área (LE) é determinada pela função que desempenha na sociedade e pelo seu uso efetivo pela população, e isso requer muita reflexão. A primeira observação a ser feita é que o ensino de língua estrangeira na maioria das escolas públicas não é visto como elemento importante e não tem lugar privilegiado no currículo, tendo um status de simples atividades, sem caráter de promoção ou reprovações. Os objetivos priorizam o desenvolvimento de habilidades de compreensão escrita, mas em geral os exercícios propostos exploram pontos ou estruturas meramente gramaticais. Evidenciando que o ensino de línguas em sua abordagem comunicativa e de função social está sendo contraditórias as demais habilidades tais como; compreensão oral, produção oral e escrita.

Para Rivers:

É inegável que o conhecimento de outra língua de gabarito internacional pode ser muito útil nas áreas de comércio, mercado internacional, órgãos nacionais e internacionais, diplomacia, jornalismo, certos setores de ciência e engenharia, biblioteconomia e, naturalmente, ensino (1975, p. 22).

Porém, devemos considerar que as condições oferecidas aos alunos e professores das escolas públicas inviabilizam o ensino das quatro habilidades comunicativas; ouvir, falar, ler e escrever inglês. Assim poderíamos justificar o foco pela leitura e pela aprendizagem laboriosa de palavras e frases estrangeiras e a citação trabalhosa de regras e paradigmas.

Por meio de uma entrevista semiestruturada com professores licenciados em Língua Inglesa em duas escolas diferentes, foi possível observar que as orientações dos PCNs são utilizadas pelos dois professores e servem como ponto de partida à prática docente, mas é claro que cada instituição monta o seu Projeto Político Pedagógico com suas propostas pedagógicas, adaptando os conteúdos sugeridos pelos PCNs para montar a matriz curricular da escola de acordo com a realidade social onde se encontra inserida.

Portanto, com as condições existentes nas escolas públicas para a disciplina de língua inglesa os professores A e B afirmam que “não é possível alcançar as quatro habilidades em língua estrangeira”, pois como os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL 1998, p.21) afirmam, a carga horária é muito reduzida, apenas 1/hora aula por semana em cada turma; as salas são superlotadas e é quase impossível trabalhar com a pronúncia, porque o professor não consegue atender todos os alunos em uma hora; o material didático é reduzido à lousa e ao livro didático e se os professores quiserem trabalhar com outros recursos como: música, vídeo, diálogos, laboratório, etc. precisam providenciar seus próprios recursos ou marcar com bastante antecedência a sala de vídeo ou o laboratório de informática. Além disso, há o fato de que algumas escolas não têm professores formados na área de língua estrangeira, e há muitos profissionais que têm formação e licenciatura na área, mas não obtêm total domínio das habilidades orais, pois nem todos os cursos de graduação preparam os acadêmicos para falarem fluentemente o idioma.

Tais fatores comprovam o pensamento de Rivers: “Hoje em dia, nossos alunos dispõem de pouco tempo para o conhecimento e aprendizado de uma língua estrangeira que sirva como uma pequena parte de seu treinamento para uma carreira ou profissão” (1975, p.09). Com essas condições o professor A (LE) afirma que:

Ao final do ano letivo ele alcança somente 50% dos objetivos traçados. E das quatro habilidades talvez o aluno assimile bem a escrita e a tradução, porque a maior parte das aulas são de regras gramaticais e exercícios de tradução. Enquanto ouvir, falar e ler em inglês é impossível com essa estrutura que temos hoje, o professor até tenta trabalhar da melhor forma possível, mas muitas vezes é sufocado pelo sistema.

Quanto ao professor B, ele diz que “O aluno poderia ficar a vida inteira na escola, mesmo assim, não aprenderia ouvir, falar, ler e escrever inglês. Exceto aqueles que buscam outros recursos como cursinhos profissionalizantes”.

A realidade é que o ensino de língua inglesa apresenta dificuldades diversas, mas é devido a essas dificuldades que os PCNs sugerem que as aulas sejam centralizadas no desenvolvimento de apenas uma habilidade: a leitura. Porém, será que apenas o desenvolvimento da leitura pode inserir o indivíduo em uma sociedade econômica e culturalmente globalizada?

Bem, será imprescindível que os professores de língua estrangeira tenham objetivos bem abrangentes e se posicionem de forma a auxiliar os alunos na construção do conhecimento, pois a partir da escolha e leitura dos textos o professor contribui para o desenvolvimento cognitivo do estudante, e para a sua função social de modo que ele se torne um cidadão mais consciente de si mesmo e dos outros. Sendo assim Moita Lopes (1996, p.182) afirma que: “ensinar uma língua é ensinar a se engajar na construção social do significado e, portanto, na construção de identidades sociais dos alunos”.

Desta forma, fica claro que um bom aprendizado não é independente do professor, mas sim, de uma sala de aula onde o professor organiza as oportunidades de aprendizagem na qual o aluno tem um papel ativo.

3 A LDB e os PCNs na língua portuguesa

A formação do discente está propriamente voltada para a prática da cidadania, tendo como objetivo conduzi-los a se posicionarem criticamente em face dos mais diversos contextos, e conferindo a ele um papel ativo na organização da aprendizagem e na estruturação social do conhecimento.

O parágrafo 1º do artigo 26 diz que: “Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa...” (Brasil 2013, p. 19). Viabilizando que no Ensino Fundamental (Art. 32 I, p.22) haja o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e da escrita. E no Ensino Médio (Art.35 I e II, p.24) deve haver consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, visando à preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando.

O ensino de Língua Portuguesa evidencia claramente a perspectiva de formar um falante competente, que consiga alcançar e utilizar as mais variadas modalidades da língua. De acordo com as propostas dos PCNs para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1997) encontra-se descrito que em língua portuguesa os alunos devem ser capazes de:

Expandir o uso da linguagem em instâncias privadas; [...] Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-las às circunstâncias da situação comunicativa de que participam; Conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas do português falado; Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social; [...] Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acessos aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética; [...] Utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; [...] Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade das suas relações pessoais; [...] Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica; Conhecer, analisar criticamente os usos das línguas como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia (BRASIL, 1997, p.3)

Da mesma forma, os PCNs para o Ensino Médio (BRASIL, 1999) abordam as competências e habilidades a serem desenvolvidas em língua portuguesa por meio das seguintes propostas:

Representação e comunicação: Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal; Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade; Aplicar as tecnologias de comunicação e da informação da escola, no trabalho e em outros contextos relevantes da vida; Investigação e compreensão: Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das ideias e escolhas, tecnologias disponíveis); Recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio da cultura e as classificações preservadas e divulgadas no eixo temporal e espacial; Articular redes de diferenças e semelhanças entre a língua escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos; Contextualização sociocultural: Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social; Entender os impactos tecnológicos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social (BRASIL, 1999, p. 145).

As apresentações em destaque nos PCNs dizem respeito aos eixos e níveis de instrução que ganham primazia no ensino de língua portuguesa, são estes: a leitura;

produção de texto; oralidade; e análise linguística. Iniciando nesse pressuposto, é conferido ao texto o papel de objeto de uma unidade, e os PCNs orientam que as junções entre leitura e escrita oferecem subsídios e/ou referências para a linguagem escrita ter argumentos para saber o que escrever e como escrever, submetendo assim, a uma intertextualidade (BRASIL, 1997). Com base nisso, os PCNs têm a finalidade de formar escritores eficientes, que dominem as múltiplas modalidades da linguagem oral, ou seja, formal ou informal.

Porém, o documento (BRASIL, 1997) também propõe para a sala de aula atividades que se destaquem na fala, na escuta e na reflexão linguística. Para que os alunos desenvolvam habilidades orais, apropriando-se de uma equidade, no caminho dado a essas competências. Neste sentido, os PCNs destacam como suporte didático a aplicação de gêneros textuais a partir dos textos, apontando suas peculiaridades específicas para que o aluno compreenda a ação desses gêneros de textos presentes nas atividades comuns do dia a dia.

Além disso, os PCNs aconselham que o professor passe a ser contemplado como mediador na organização dos conhecimentos, dando ao aluno total liberdade de expressão. Por isso, o docente precisa rever sempre a sua postura, destacando suas metas em visão dos conteúdos a serem trabalhados, confrontando com os modelos teóricos tradicionais, rompendo com essas práticas que prescrevem uma recepção/reprodução mecânica de estudo que dão ênfase às nomenclaturas, pois o ensino de língua portuguesa tem como objetivo aumentar a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. Em razão disso podemos dizer que “toda a gramática aprendida se aplica à escrita”, afirma a professora C de língua portuguesa da escola Y.

Com base no exposto, podemos considerar que o ensino de língua portuguesa leva os educandos a reconhecer a existência de uma maneira de falar e de escrever legítima, diferente daquela que dominam. É necessário refletir sobre o que impede os alunos após anos de escolarização não conhecer essa maneira de falar e escrever, cometendo inúmeras falhas em seu desempenho linguístico, oral e escrito. Para Sérgio Simka (2000, p.45): “é realmente preocupante que os alunos do 3º grau não tenham assimilado, após anos e anos de ensino de língua portuguesa o mínimo necessário para enfrentar o mercado de trabalho”.

Tal fator está relacionado ao distanciamento entre o saber transmitido e o saber adquirido, e isso é percebido nos próprios alunos quando se referem às aulas de português, pois estes mencionam um progressivo descontentamento ao afirmarem que: “as aulas de português são as mais chatas”, “português não serve pra nada”, “português é difícil demais” e etc. Esse descontentamento se justifica de modo óbvio pelo ensino fundado em teorias gramaticais, causando uma relação negativa do falante com seu próprio instrumento de comunicação, porque quando falamos em ensino de língua portuguesa nossa primeira concepção é em um ensino centrado na gramática normativa.

É inegável que a educação desempenha um papel muito importante na formação profissional, individual e social dos educandos e, o desafio é tornar evidente o conhecimento de uso das variedades linguísticas na vida cotidiana e em circunstâncias onde houver necessidade de utilizá-la, para que se possa compreender sua finalidade comunicativa. Pois, além de saber a língua e dominá-la com competência, entender e produzir enunciados e perceber as diferenças entre as formas de expressões concretas (escrita), precisamos também saber analisá-la e dominar seus conceitos e características de uso oral.

4 Os PCNs e os conteúdos didáticos

Qualquer que seja os objetivos de uma aula a linha pedagógica adotada, necessariamente está relacionada aos conteúdos. Porém, o que os diferencia são as formas de como são selecionados e tratados no contexto escolar por cada professor. É essencial que a formação dos alunos seja ampla, por isso devem se trabalhar conteúdos de diferentes naturezas e formular conscientemente um planejamento que vise às necessidades de todos os alunos.

O projeto educacional expresso nos PCNs enfatiza a necessidade constante de reflexão, avaliação e reavaliação dos procedimentos educacionais selecionados, no sentido de buscar outros significados que se amplie para além dos fatos e conceitos, passando a inserir procedimentos, valores, normas e atitudes (BRASIL, 1998). Vejamos o fragmento abaixo.

[...] é preciso avaliar sistematicamente seus efeitos no processo de ensino, verificando se está contribuindo para as aprendizagens que se espera

alcançar. [...] os conteúdos selecionados podem não corresponder às necessidades dos alunos, de modo que a realização das atividades pouco contribuirá para o desenvolvimento das capacidades pretendidas (BRASIL, 1998, p. 65-66).

A citação acima aborda que é preciso avaliar os efeitos refletidos por meio do ensino e isso é cabível tanto para a disciplina de língua inglesa quanto para a de língua portuguesa. Porque ambas precisam observar se o ensino de determinados conteúdos e conceitos estão sendo aprendidos e alcançando os objetivos que se esperam com a realização das aulas, pois se não estiverem dando resultados pode ser porque se referem a aspectos que já fazem parte do repertório dos alunos, ou porque o domínio de procedimentos e conteúdos ainda não tenham se constituído para o aprendiz.

Portanto, não podemos nos esquecer que cada aluno possui sua capacidade, comportamento e diversos modos de compreender. Neste sentido os objetivos educacionais escolhidos pelo professor devem ser selecionados a fim de auxiliá-los em seu desenvolvimento, para que sejam adequadas as suas vivências e as exposições no universo cultural. Embora os indivíduos tendam, em função de sua natureza, desenvolver suas capacidades de forma diferente, é notável evidenciar que a escola tem como função aprimorar o desenvolvimento de todas as capacidades, de modo a tornar o ensino mais ético e mais humano (LIBÂNEO, 2011).

Outro fator a ser considerado é o uso de procedimentos, pois estes expressam um saber/fazer de forma ordenada para atingir uma meta e estão sempre presentes nos projetos de ensino, pois uma pesquisa, um experimento, um resumo, um debate, uma maquete e outros métodos, são apresentações de ações sugeridas e presentes na sala de aula. Segundo os PCNs:

Os conteúdos são organizados em função da necessidade de receberem um tratamento didático que propicie um avanço contínuo na ampliação de conhecimentos, tanto em extensão quanto em profundidade, pois o processo de aprendizagem dos alunos requer que os mesmos conteúdos sejam tratados de diferentes maneiras e em diferentes momentos da escolaridade, de forma a serem “revisitados”, em função das possibilidades de compreensão que se alteram pela contínua construção de conhecimentos e em função da complexidade conceitual de determinados conteúdos (BRASIL, 1998, p. 53-54).

Isso evidencia que a escola é um ambiente de contexto socializador, gerador de atitudes concernentes ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às atividades, aos compromissos e à sociedade. E que ao visitar várias vezes os conteúdos

em determinados momentos cria-se subsídios para a ampliação e reflexão da prática docente, pois ao fazer uma reflexão crítica sobre a prática pode-se melhorar a próxima prática e isso é fundamental (FREIRE 1996).

Para se obter uma aprendizagem coerente para cada momento ou situação é importante que façam reuniões com todo o grupo da escola ligado a rotina de sala de aula, para se organizarem e promoverem momentos de reflexão. Na visão de Rivers (1975, p. 7) é preciso que o professor tenha finalidades e objetivos, pois, “... são os objetivos do professor que determinam a organização de sua aula”. Nesta visão aqui assumida, os PCNs incluem que os alunos constroem significados a partir de múltiplas e complexas interações, sendo ele, sujeito de seu processo de aprendizagem, enquanto o professor é o mediador dessa interação dos alunos com os objetos de conhecimento, pois no processo de aprendizagem a interação dos alunos entre si é essencial a socialização, e a intervenção do professor é fundamental para a criação de situações que resultem em uma aprendizagem coerente.

5 Formação profissional continuada

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece no parágrafo 4º do artigo 87 que, “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitado sem nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 2013, p. 44).

A formação dos professores que irão atuar na educação básica deve considerar um conjunto de habilidades necessárias a atuação docente. Os cursos de Letras/Inglês, por exemplo, certificam professores da língua materna, língua estrangeira e respectivas literaturas, por isso devem desenvolver habilidades e competências para atingir os objetivos no desempenho profissional. E é essencial que o professor tenha domínio da língua, para que ele desenvolva métodos e técnicas didático-pedagógicas que possibilite a adaptação dos conhecimentos para os diversos níveis de ensino.

Porém, há grandes problemas relacionados à formação do professor, e estes problemas não se limitam apenas aos cursos de Letras/Inglês, a chamada formação 2 em

1³ predomina em todas as áreas. Isso faz com que boa parte dos profissionais obtenha competências duvidosas em relação à especificidade de cada área. Para se resolver tal problema a solução seria acabar com as licenciaturas duplas. Mas, isso não acontece porque nos cursos de Letras, por exemplo, a demanda é muito grande para a área de Língua Portuguesa e a maioria das instituições temem em colocar o curso de Línguas Estrangeiras (LE) separadamente e terem seus cursos fechados, outra solução seria regulamentar o ensino das duas modalidades de modo igual. Mesmo assim às 2800 horas, sendo 400 horas de prática; 400 de estágio curricular supervisionado; 1800 horas de aulas para os conteúdos curriculares instituída pela Resolução nº2 de 19 de fevereiro de 2002 do Conselho Nacional de Educação, ainda não são suficientes, por tal razão é necessário a busca constante por atualizações e que não se priorize apenas a licenciatura. Segundo Schmitz (2009, p. 20), “quem se forma em qualquer disciplina em qualquer estabelecimento de ensino tem a obrigação de procurar sempre se aperfeiçoar”.

Tendo em vista o acima exposto é preciso compreender a importância da formação continuada para que o professor possa desempenhar com mais qualidade a sua prática docente.

Como assevera Rodrigues (1998), somente a formação inicial não é suficiente para que o professor possa exercer com eficiência sua profissão. Deste modo, a formação continuada é essencial para mantê-lo atualizado e ao mesmo tempo suprir as lacunas deixadas pela formação inicial.

Na mesma linha de pensamento Perrenoud (2000, p. 155), corrobora dizendo que, “a formação contínua conserva certas competências relegadas ao abandono por causa das circunstâncias. [...] O exercício e o treino poderiam bastar para manter competências essenciais se a escola fosse um mundo estável”.

É preciso compreender que o conhecimento exigido do professor para o exercício da função docente não é algo fácil de se adquirir, tendo em visto a quantidade de habilidades e competências que o mesmo deve ter para poder ser um mediador de conhecimentos são variadas e distintas indo desde competências cognitivas até as didático-pedagógicas.

³Professores com licenciatura dupla, ou seja, que em um mesmo curso de graduação saem com duas habilitações. Exemplo: Letras/Inglês; Química e Biologia e etc. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/perfil.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

O conhecimento profissional docente é difícil de apreender, tem uma dimensão teórica, mas não é só teórico, tem uma dimensão prática, mas não é só prático, tem uma dimensão experiencial, mas não é apenas produto da experiência. É um conjunto de saberes, de disposições e de atitudes *mais* a sua mobilização em ação (NÓVOA, 2011, p.76).

Todavia, com base na pesquisa de campo, os professores de Língua Inglesa e Língua Portuguesa não participam de nenhum programa adotado pela escola que vise esse contínuo estudo em sua área. Ao fazer a seguinte pergunta: *Existe algum programa adotado pela escola que lhe possibilite participar de cursos contínuos na sua área?* - O professor A de língua inglesa do Ensino Fundamental e Médio diz: “desconheço qualquer curso oferecido pelo governo, minha busca por atualizações na minha área, é totalmente particular”. Já o professor B diz:

Pela escola onde trabalho não há cursos profissionalizantes, mas às vezes há seminários de Língua Inglesa oferecidos pelo governo federal aos professores da rede pública, que geralmente, acontecem em outros estados, mas nem a metade dos professores vão a esses encontros, e os que participam não traz informações para aqueles que não foram.

Ainda respondendo a mesma pergunta, o professor C de Língua Portuguesa do Ensino Médio diz:

É raridade, nada vem da escola, é o professor que tira do próprio bolso as despesas de um cursinho. Mas, eu não tenho tempo de buscar outros cursos que diversifique o aprendizado na minha área, na maioria das vezes faço o que dá para fazer e afirmo que a maioria dos professores faz o mesmo, pois trabalham de manhã, à tarde e à noite. Temos na verdade que utilizar a nossa experiência como professora, o livro como norteador e buscar algo rápido na internet.

Enquanto o professor D que trabalha com o Ensino Fundamental e Médio diz:

Do estado ou município não oferecem nada para a escola que eu tenha conhecimento, mas pelo governo federal eu participo do Programa de Apoio aos Professores, e durante 10 meses todo ano faço o curso sem pagar nada e ainda recebo uma bolsa de R\$ 200,00 por mês como auxílio ao professor.

Em consonância com a fala dos professores A, B e C Marques (2000) ressalta que o lugar mais adequado para que aconteça uma formação continuada é o tempo-espaço da sala de aula e que essa formação deve ser organizada pela escola com base nos problemas enfrentados pelos professores.

Através dos dados obtidos na entrevista, pode-se dizer que os governos tanto do município quanto do estado não oferecem subsídios para uma educação da melhor qualidade, pois o professor deve ser um mediador que auxilia seus alunos e acompanha todas as mudanças relacionadas à sua disciplina, caso contrário o profissional pode se tornar um tradicionalista que organiza os conteúdos e as estratégias de ensino como um guia exclusivo da educação.

Porém, hoje, escolas e professores têm se revestido de uma grande auto-suficiência e aderiram às mais altas tecnologias. E que devido a essas tecnologias tem acesso à internet, onde existem grandes variedades de cursos gratuitos que podem suprir algumas necessidades e alguns interesses pessoais dos professores para que esses permaneçam atualizados mesmo tendo uma carga horária de trabalho muito agitada, temos como exemplo, o EDUCONLE (Educação Continuada de Professores de Língua Estrangeira e de Letras).

Entretanto, cabe salientar que nem sempre os cursos oferecidos para formação continuada estão de acordo com as necessidades da vida prática dos professores. Nesse sentido Imbernón (2009, p. 35) afirma que,

Atualmente, programa-se e se oferece muita formação, mas, também é evidente que há pouca inovação ou, ao menos, a inovação não é proporcional à formação que existe. Talvez um dos motivos seja que ainda predomina a formação de caráter transmissora, com supremacia de uma teoria ministrada de forma descontextualizada distante dos problemas práticos do professorado e de seu contexto, baseada num professorado médio, que tem uma problemática sempre comum, mesmo ciente de que nenhuma destas coisas existem.

Nóvoa (2001) assevera que a formação continuada deve ser embasada em um trabalho diversificado, com modelos distintos para que possam ser atendidas todas as especificidades e necessidades dos professores. Assim, mesmo que exista uma grande quantidade de cursos oferecidos via internet isso não retira da escola a responsabilidade de proporcionar aos professores uma formação contínua, tendo em vista que, uma boa formação se dá de forma coletiva e individual.

Deste modo, cabe a escola e aos professores unirem forças no sentido de promover momentos adequados para essa formação em que venha atender as verdadeiras necessidades e problemáticas que atingem diretamente a vida escolar de professores e alunos.

6 Recursos didáticos pedagógicos

Ao refletirmos sobre o ensino/aprendizagem de língua inglesa e portuguesa é interessante levar em consideração um fator de suma importância, o termo material didático. É significativo enfatizar que o livro didático, normalmente impresso e criado tão somente para fins pedagógicos, é apenas uma das várias formas de materiais didáticos que o professor pode adotar.

A situação mais comum das escolas públicas brasileiras, é que os professores costumam utilizá-lo como base teórica e pedagógica no planejamento de suas aulas. Entretanto, é preciso que os professores fiquem atentos à qualidade, à coerência, e possíveis restrições que apresentem em relação aos objetivos propostos para a educação. Neste sentido, cabe salientar que de acordo com os PCNs: “[...] é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 67).

É relevante haver heterogeneidade de materiais para que os conteúdos sejam tratados do modo mais extenso possível. Porém, essa diversidade de materiais é um fator que devemos levar em consideração; pois há uma grande escassez de recursos didáticos nas escolas.

Com vistas na pesquisa de campo, pôde se obter informações dos próprios professores com relação a essa questão. Os professores de língua portuguesa, C e D utilizam o livro didático na maioria das atividades em sala de aula, e ambos fazem uma mesclagem de todos os conteúdos ao longo do ano e com a experiência de trabalho visam cumprir todos os compromissos de uma boa educação, não fazem isso ao seguir o livro página por página, ou capa a capa, mas inserindo outros meios e fazendo modificações necessárias de acordo com a necessidade dos alunos de modo geral em cada turma.

Portanto, não há outros recursos oferecidos para a escola além do livro didático, pois o laboratório e a biblioteca são recursos mínimos que nem sempre estão à disposição, e na escola X onde entrevistamos o professor D, não há livro didático para todos os alunos e isso dificulta ainda mais o andamento das aulas. Mas os professores de língua portuguesa acreditam que os materiais de uso social são ótimos recursos de

trabalho e fazem parte do cotidiano dos alunos, pois através de computadores, redes sociais, charges, histórias em quadrinho, literatura de cordel, filmes, jornais, revistas, folhetos, tirinhas e propagandas, eles se mantêm atualizados sobre tudo que acontece no mundo e se sentem inseridos no universo que os rodeia.

Para o ensino de língua inglesa os professores A e B encontram muitas dificuldades em utilizar o livro didático, pois a linguagem utilizada é praticada de forma mecânica e descontextualizada, distanciando assim as discussões mais atuais do momento, que é a valorização da interação como elemento importante para o indivíduo entender e agir no mundo. Assim sendo, os professores têm preferência por aulas expositivas, com leitura de pequenos textos em inglês, diálogos, músicas, pequenos teatros e etc. E durante todo o tempo que trabalham na educação, são eles mesmos que pesquisam ou compram outros meios para lecionar uma aula condizente com as necessidades dos dias de hoje, pois deve se enfatizar que também não há livros de inglês suficientes para todos os alunos das duas escolas pesquisadas.

Lopes diz que “espera-se que a escola, como instituição, não forneça apenas instrumentos adequados ao contexto dos alunos de língua estrangeira, mas meios de instrução que estimulem a consciência crítica, refletindo habilidades que tenham cunho socialmente justificáveis” (1996, p. 76).

Por isso é preciso que os professores e as instituições de ensino entendam o mundo em suas concepções sociais, econômicas e políticas para conduzir o ensino das línguas; inglês e português de acordo com as exigências do hoje, promovendo espaços mais inclusivos. E com ênfase nas afirmações dos professores é necessário que haja mudanças, primeiramente nos PCNs, pois para preparar um aluno em língua estrangeira possibilitando sua autopercepção como ser humano e como cidadão (PCNs, 1998) é preciso ter estrutura para o professor de língua estrangeira trabalhar com uma carga horária maior, com salas menos lotadas, livro didático para todos os alunos e uma quantidade suficiente de profissionais tanto de inglês quanto de português, pois assim os professores não serão sobrecarregados, tendo mais tempo para se prepararem e lecionarem aulas menos tradicionais.

Porém, para que tais expectativas sejam alcançadas deve haver mais comprometimento por parte dos governos, da escola, do professor e com certeza do aluno, pois, desta forma teremos um ensino atual e adequado aos dias de hoje. E os

alunos terão uma bagagem concreta para cumprir o seu papel na sociedade, ao expor suas ideias de forma clara e coesa tanto na fala quanto na escrita.

7 Relação aluno x disciplina

Para que haja uma aprendizagem significativa, não precisa apenas de recursos didáticos, instrumentos adequados ou professores especializados, é preciso empenho e dedicação. E essa aprendizagem significativa depende de uma motivação intrínseca, isto é, o aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender. Mas isso pode exigir certa ousadia para enfrentar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos de maneira diferente.

Na aprendizagem das disciplinas de Língua Inglesa e Portuguesa é necessário dispor de total interesse para alcançar a maior compreensão possível. Pois, são disciplinas importantes que prepara o aluno para o trabalho e a cidadania como pessoa humana incluindo uma formação ética e total desenvolvimento de sua autonomia intelectual e do pensamento crítico. A língua portuguesa, por exemplo, já utilizada cotidianamente, significa que o aluno já domina pelo menos uma variedade dessa língua, e cabe a escola expandir sua capacidade de uso, desenvolvendo habilidades de se comunicarem em diferentes gêneros de discurso, tendo em vista, o domínio das variedades da língua é fundamental sobre tudo por exigir o uso da norma padrão. Enquanto o ensino da língua inglesa tem como objetivo desenvolver habilidades orais nos alunos para que os mesmos a utilizem em diversos momentos da vida em sociedade, sejam dentro ou fora do país, em viagens, restaurantes, hotéis, cinemas, trabalho e etc.

Porém, é preciso entender e saber qual é a relação dos alunos com essas disciplinas: Inglês e Português. Sendo assim, foi necessário o auxílio dos professores entrevistados e com a permissão dos mesmos foi possível os acompanhar durante as aulas dessas disciplinas, e de acordo com os professores de língua portuguesa C e D os alunos das duas escolas, ainda que não tenham domínio dos conteúdos que estão sendo trabalhados gostam de prestar atenção, fazem perguntas, se interagem e expõem suas ideias nos debates em sala de aula. Cerca de “70% dos alunos gostam de estudar língua portuguesa, adoram ler e interpretar textos, mas muitas vezes não tem o domínio de uma boa escrita, pois sentem dificuldades em colocar no papel suas ideias de forma clara e

coesa”, afirma o professor D. No entanto pôde se observa que eles fazem perguntas, opinam e tiram dúvidas sempre que necessário.

Já os professores de língua inglesa A e B afirmam que: “em geral os alunos não gostam desta disciplina”, e isso torna difícil o trabalho docente, pois quando o professor entra na sala para lecionar sua aula os alunos logo perguntam: “Para quê estudar inglês?” – “Eu odeio inglês!”. Esse fator de “não gostar” da língua inglesa acaba atrapalhando o aprendizado, pois os alunos não vêem importância em aprender uma segunda língua, por isso não se dedicam.

Contudo, de qualquer forma a atuação do professor em sala de aula para qualquer disciplina deve ser a melhor possível, além disso, é importante que os professores adotem formas diferenciadas de trabalhar, talvez pudesse pedir ideias aos alunos para o planejamento de uma aula ou outra, dando especial atenção aos aspectos e características pessoais de cada um, como forma de motivá-los, principalmente nas aulas de inglês. Além do mais, ele estaria garantindo condições de aprendizagem a todos os alunos por meio de incrementos na intervenção pedagógica, criando medidas extras que atendam às necessidades individuais de cada um.

Considerações finais

Através dos estudos realizados, podemos considerar fatores importantes relacionados ao ensino de língua inglesa e língua portuguesa nas escolas públicas brasileiras, uma vez que, os PCNs quando em vigor nos permite entender que o papel da escola é prover uma formação necessária e integradora aos seus alunos, para que estes estejam capacitados a utilizar uma língua estrangeira e a sua própria língua materna como recursos em diversas situações e em suas relações e ocupações na sociedade onde estão inseridos. Visto que o domínio destas línguas é indispensável à formação do indivíduo como ser humano e como cidadão.

Portanto, observamos que há muitas falhas relacionadas ao ensino/aprendizagem destas disciplinas nas escolas públicas do Brasil. Se tratando do ensino de língua estrangeira (LE) podemos ver descaradamente a sua desvalorização no ambiente escolar, e que apesar de ter grande importância, os alunos das escolas públicas tratam essa disciplina com desprezo e indiferença, porém essa desvalorização também é

percebida em docentes, pois muitos acreditam que as disciplinas da base comum, por exemplo, são mais importantes porque reprovam e o inglês não. Isso contribui para que haja ainda mais menosprezos por parte dos alunos, além de gerar no professor uma sensação de desânimo.

Também há outros fatores já mencionados que são elementos complicadores no processo de desenvolvimento das quatro habilidades que o estudante precisa adquirir. Mas, existe uma grande possibilidade de fazer com que as aulas de língua estrangeira sejam proveitosas aos aprendizes, dando lhes oportunidades de compreender e explorar diferentes visões de mundo e novas formas de expressão, cultivando uma perspectiva multicultural de línguas. Diante de tantas indiferenças e dificuldades seria mais prático seguir os objetivos dos PCNs e focar somente na leitura ou no ensino de gramática e tradução, mas estes se restringem ao estudo de uma tecnologia (leitura), e de aspectos formais (gramática), não sendo satisfatório ou possuindo algum sentido para o aprendiz, pois são aulas meramente repetitivas.

Cabe ao professor reconhecer sua prática docente e fazer diferente, trabalhando com todas as habilidades para que o aluno aprenda o inglês fluente que o mundo globalizado requer isso indica capacidade de ler, escrever, ouvir e falar. Suponha-se que quando o professor adota práticas pedagógicas inovadoras com atividades como: ouvir música, programas de TV, rádio, falas de filmes os alunos se sentem motivados. Mas, para que isso ocorra é necessário ter nas escolas estrutura física, com salas especializadas com áudio, vídeo e material específico. Desta feita, escolas e professores estarão conscientes da importância de língua estrangeira e poderão criar oportunidades para que os alunos compreendam também tal importância.

Quanto ao ensino de língua portuguesa as falhas após anos de formação são evidentes, e isso se justifica pelo ensino de caráter repetitivo, mecânico, verbalista, retórico, ideológico e enciclopédico que não leva o educando a produzir conhecimento, mas apenas a transmitir e reproduzir. Contudo, se os conteúdos e as atividades forem articulados e vinculados à realidade, traz à sala de aula o universo do educando, suas experiências do cotidiano para que sejam ouvidas, discutidas e dramatizadas, rompendo de tal modo a artificialidade das situações.

Desta forma, o educador poderá enfocar os conteúdos, os recursos, a bibliografia utilizada, os livros sugeridos, as estratégias de ensino, os objetivos propostos, a forma

de se relacionar com os educandos para alcançar uma prática concreta na sala de aula. De maneira que as variedades linguísticas se tornem familiares ao sujeito, e que este saiba utilizar a escrita e a leitura em diferentes papéis sociais de modo simples e natural, além de manejar com extrema habilidade os componentes fundamentais da escrita como: letras, palavras, ortografia e regras gramaticais, sem contar com as incontáveis noções do discurso com domínio imprescindível do repertório do seu público.

Logo concluímos que ao utilizar como base e auxílio os Parâmetros Curriculares Nacionais para as disciplinas de língua inglesa e língua portuguesa fazendo as adequações condizentes às necessidades de cada instituição de ensino público, podem-se ganhar maiores prestígios para essas duas disciplinas na sociedade em geral.

The English Language Teaching and Portuguese from the perspective of NCP's

Abstract

This article presents a study on the teaching of English and Portuguese in public schools based on the Law of Education Guidelines and Bases and the National Curriculum Parameters (NCPs), establishing a relationship between the suggestions proposed by these documents with what actually happens in the classroom. NCPs are the basic and essential guidelines to conduct the teaching of all subjects in public or private schools and these guidelines were created by the MEC in order to serve as a starting point for teaching. Thus serve to guide the activities carried out in the classroom, govern schools and teachers on what should be taught and what forms of teaching because teaching practice shall direct students towards learning. With a literature search from the Laws and Regulations and a semi-structured interview with teachers licensed in English and Portuguese language, aimed to understand why students have difficulty in assimilating grammatical issues, syntactic, orthographic and subordinate in Portuguese and also reflect on how is the English language teaching in public schools.

Keywords: *Teaching of Portuguese . English Language Teaching . National Curriculum Standards .*

La Enseñanza del Idioma Inglés y portugués desde la perspectiva de la PNC

Resumen

En este artículo se presenta un estudio sobre la enseñanza de Inglés y portugués en las escuelas públicas con base en la Ley de Directrices y Bases de la Educación y los Parámetros Curriculares Nacionales (PCNs), el establecimiento de una relación entre las sugerencias propuestas por estos documentos con lo que realmente sucede en el aula. PNCs son las directrices básicas y esenciales para llevar a cabo la enseñanza de todas las asignaturas en las escuelas públicas y privadas, y estas directrices fueron creadas por el MEC con el fin de servir como punto de partida para la enseñanza. Por lo tanto sirven para guiar las actividades realizadas en el aula, gobernar las escuelas y los maestros sobre lo que debe enseñarse y qué formas de enseñanza, porque la práctica docente dirigirá a los estudiantes hacia el aprendizaje. Con una búsqueda en la literatura de las Leyes y Reglamentos y una entrevista semiestructurada con los maestros con licencia en el idioma Inglés y Portugués, con el objetivo de entender por qué los estudiantes tienen dificultades para asimilar cuestiones gramaticales, sintácticos, ortográficos y subordinadas en portugués y también reflexionar sobre cómo es la enseñanza del idioma Inglés en las escuelas públicas.

Palabras-clave: *La enseñanza de la lengua portuguesa . Enseñanza del Idioma Inglés . Estándares Curriculares Nacionales .*

Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2010.

BRASIL. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional– 8. ed. – Brasília : Edições Câmara, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/ldb_5ed.pdf. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. MEC. Brasília, 1997. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/ALC/2008/a%20lingua.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/p00008.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/ALC/2008/a%20lingua.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. PCNs. **Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 22 ago. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Trad. VALENZUELA, Sandra Trabucco. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LIMA, Diógenes Cândido de (org.). **Ensino Aprendizagem de Língua Inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **“Eles não aprendem português quanto mais inglês”. A ideologia da falta de aptidão para aprender línguas estrangeiras em alunos de escola pública**. In: Oficina de Linguística Aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

MARQUES, Mario Osorio. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000.

NÓVOA, Antonio, O professor se forma na escola. **Nova Escola**, nº 142, p. 12. 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

RIVERS, Wilga Marie. **A Metodologia do Ensino de Línguas Estrangeiras**: tradução de Hermínia S. Marchi. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SIMKA, Sérgio. **Ensino de Língua Portuguesa e Dominação. Por que não se aprende português?** São Paulo: Musa Editora, 2000.

VIEIRA, Josenia Atunes. et. al. **Reflexões sobre Língua Portuguesa. Uma abordagem Multimodal**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/perfil.htm>

*Recebido em Outubro de 2014.
Aprovado em Novembro de 2014.*